

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
Superintendência Regional de Ensino - Barbacena
Escola Estadual Francisco Antônio Pires

Conhecendo a política: condição para a prática de uma cidadania responsável, reflexiva e crítica.

Professor Orientador: Douglas Willian Ferreira

Nome dos Estudantes Pesquisadores: Maria Clara Reis Honório (2A), Ana Elisa de Melo Aliane (2A), Ana Luiza Aparecida Ladeira (2C), Otávio Henrique Sandim (2D), Nicole da Silva Cavalcante (2D), Alana Cristine de Moura (2B), Gabriel Moreira e Silva (2C), Helbert Júnior Simplicio (2B), Irnan Flávio do Nascimento (2B), Otávio Alexandre Rodrigues (2A), Jéssica Aparecida Santos (2D), Getúlio Balbino (2C)

Área do Conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Eixo Temático: Política e Cidadania

1. PROBLEMA DE PESQUISA

Em que medida podemos formar cidadãos mais responsáveis, reflexivos e críticos, capazes de intervir em seu contexto social, a fim de proporem ações políticas que resultem no respeito à diversidade social, religiosa, humana, sexual e de gênero, ideológica e cultural, mesmo em contextos tão díspares e desiguais como os que marcam a sociedade brasileira?

2. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO PROJETO

A Escola Estadual Francisco Antônio Pires é, sem sombras de dúvidas, uma instituição de grande peso histórico, social e político na cidade de Barroso. É uma escola de referência e visibilidade social que atende a um grande e variado público estudantil. Sua comunidade escolar não se restringe ao seu entorno, uma vez que temos estudantes de diversos bairros e zona rural. Nessa instituição, em sua longa trajetória histórica, foram formados prefeitos, vereadores, secretários de governo, líderes partidários, presidentes sindicais e tantas outras personalidades que ocuparam e/ou ocupam cargos políticos e públicos em nossa cidade/ Estado.

Todavia, para além destas destacadas personalidades, tantos cidadãos inseridos no debate político, defensores de seus ideais, propositores de ideias e projetos, contribuintes na formação da cidadania, observadores e vigilantes da ação política, eleitores etc., estão ou estiveram inseridos nesse ambiente escolar. Outros, talvez o maior número deles, alienados de sua participação política e de seu papel de cidadão, não veem como importante a necessidade de compreenderem o funcionamento da máquina pública e são indiferentes às questões políticas. Dessa apatia, alienação e desinteresse resulta o mau uso do poder que se materializam nas diferenças sociais, na escassez de políticas públicas educacionais, de assistência, de renda, no desemprego, na fome, no limitado acesso a programas de complementação de renda, na saúde precária, coisas que, em dado momento, fazem parte de suas vidas.

Num contexto de grande desmotivação política: em que grande parcela dos estudantes, seus familiares e amigos acreditam que política é coisa que não se discute;

em que não se reconhece o importante dever do cidadão na manutenção da coisa pública; em que se vê uma crescente alienação referente às discussões desse gênero; em que não se compreende o papel das instituições políticas e o modo de organização governamental; em que se relegam as práticas políticas aos políticos de profissão; em que se vê crescer discursos fundamentalistas e intolerantes, que inclusive levantam uma bandeira contrária à democracia, é mais que urgente aprender, refletir e discutir acerca do ser político, do fazer política e do inserir-se nela.

Para isso, supomos ser necessário resgatar as bases filosóficas e as contribuições das ciências humanas, em seus aspectos históricos, geográficos e sociais, para uma profunda e crítica concepção do papel político que desempenhamos enquanto cidadãos. É comum ouvirmos pessoas dizerem que não participarão da política, que anularão seus votos ou votará em branco, como se fosse esse um posicionamento apolítico. Esse engano comum faz com que muitas pessoas não se vejam favorecidas em certas decisões políticas.

Nesse panorama, é importante entendermos os princípios que regem a ação política e suas bases: a vida social, a isonomia¹ e a isegoria². Sabedores de nosso papel político, poderemos abraçar com maior consciência nossa responsabilidade como cidadãos, ostentando com isso não somente nossos direitos, mas nos tornando conscientes de nossos deveres. Temos aí, contudo, certo problema, essa isonomia formal (igualdade formal) está nas leis, decretos e resoluções brasileiras, mas na prática, será que vivemos uma sociedade igualitária?

3. OBJETIVO(S)

¹ “O princípio da isonomia ou também chamado de princípio da igualdade é o pilar de sustentação de qualquer Estado Democrático de Direito. O sentimento de igualdade na sociedade moderna pugna pelo tratamento justo aos que ainda não conseguiram a viabilização e a implementação de seus direitos mais básicos e fundamentais para que tenham não somente o direito a viver, mas para que também possam ter uma vida digna. Este princípio remonta as mais antigas civilizações e esteve sempre embutido, dentro das mais diversas acepções de justiça mesmo que com interpretações diferentes, umas mais abrangentes outras nem tanto, ao longo da história” (D’OLIVEIRA, 2011, p. 01).

² “Isokratia comunga do prefixo iso com outros termos que se apresentam como perífrases para a democracia: isonomia e isegoria. Assim, analogamente à isonomia (lei igual), em isegoria (igualdade na liberdade pública de falar), é crível que o prefixo iso da terminologia que utiliza a raiz kratos se refere à “equidade distributiva no que diz respeito a acesso em um sentido de „direito de fazer uso de”; acesso igual é um bem ao bem comum”. Nesse sentido, isonomia é a distribuição equitativa de proteção legal do cidadão ateniense, atinente ao acesso igual à máquina pública. Pro sua vez, isegoria significa acesso igual a fóruns deliberativos, ou seja, direito de falar sobre questões públicas e de estar presente participando da fala do outro” (SANTANA, [s/d], p. 05).

Objetivo geral: Ampliar, a partir do ensino, pesquisa e extensão, a compreensão do papel da política na vida comum do cidadão, levando-os ao exercício de uma cidadania crítica, reflexiva e responsável, capaz de torná-los mais atuantes e protagonistas de sua formação.

Objetivos específicos:

- Conhecer os princípios conceituais elaborados pela filosofia e sociologia acerca da compreensão da política e seu papel na vida cidadã, a partir de uma postura crítica e reflexiva;
- Desenvolver um panorama dos diversos aspectos da política brasileira a partir de uma leitura crítica de reportagens, vídeos, entrevistas etc.;
- Compreender o modo como a política e a cidadania são entendidos pelos estudantes e comunidade educativa, a partir de entrevistas e conversas informais;
- Produzir recursos didáticos atraentes e de fácil compreensão, que trabalhe o conceito de política e cidadania, destinados aos alunos da Escola Estadual Francisco Antônio Pires e à sociedade barrosense.
- Facilitar a compreensão dos estudantes a respeito dos processos e das instituições políticas nos diversos níveis de atuação (local, estadual, estatal, internacional).

4. PÚBLICO-ALVO

O projeto visa atingir toda a comunidade escolar: gestores, professores, técnicos, estudantes, pais de estudantes e comunidade local, por acreditarmos que a temática em investigação é elemento central para nosso desenvolvimento pessoal e social. Abarcar a sociedade é já uma opção política que visa o amadurecimento da prática e consciência cidadã.

5. METODOLOGIA

Esse trabalho, que visa à conscientização política e cidadã da comunidade escolar e da sociedade barrosense, passa pelas seguintes etapas:

Primeira etapa: Estudo bibliográfico de textos, leis (como algumas partes da Constituição Federal de 1988) e autores que falam sobre política (como Platão, Aristóteles, Rousseau, Locke, Will Kymlicka e outros) com leitura conjunta e reflexiva. Para isso, dentre outras possibilidades, utilizaremos do método de sala de aula invertida, a fim de desenvolver a habilidade de leitura crítica e profunda de textos de caráter filosófico, sociológico, histórico e literato. Esse primeiro momento é crucial para a assimilação dos conceitos, a compreensão do processo político e das políticas públicas, da estruturação do estado e da ação cidadã.

Segunda etapa: Pesquisa: Para realizar uma análise do contexto nacional, regional e local, os estudantes deverão se inteirar, nas redes sociais, dos debates acerca de temas políticos. Faremos, em conjunto, uma leitura crítica dessas reportagens, entrevistas, documentários, sites (como o Politize!) e postagens nas redes sociais.

Terceira etapa: Coleta de dados: Elaboração de um formulário e realização de entrevistas escritas com estudantes, professores, gestores, funcionários, pais, familiares e amigos dos membros do grupo. Esse momento de coleta de dados e análise das respostas será oportuno para a sondagem acerca da maneira como a comunidade local entende a política e seu papel enquanto cidadão.

Quarta etapa: Produção: A partir de todo o arsenal teórico e prático e com dados que nos permita compreender as defasagens da comunidade acerca do tema tratado, formularemos postagens dinâmicas e panfletos para a conscientização dos cidadãos acerca de seu papel, com uma lista de direitos e deveres que compete a cada um.

Quinta etapa: Debate: Convidaremos algumas personalidades do campo do direito e da política profissional para um debate sobre o papel do cidadão na política. Esse debate será direcionado aos estudantes e à comunidade educativa, sendo realizado nos três turnos escolares.

Sexta etapa: Socialização e finalização – apresentação do que foi produzido na iniciação científica, a partir de uma roda de conversa entre os estudantes, tornada pública, visando socializar a produção do saber feitas no grupo e, conseqüentemente, a panfletagem e envio das postagens de conscientização através nas redes sociais oficiais da escola e dos membros da comunidade educativa. É também de nosso interesse desenvolver propostas de políticas públicas locais a serem entregues na

Câmara Municipal de Barroso, como parte da percepção dos estudantes acerca das necessidades locais.

Por último, desenvolveremos o relatório final.

OBSERVAÇÃO: O funcionamento e desenvolvimento das etapas estarão sujeitos à situação local de enfrentamento da Pandemia da Covid 19. As etapas presenciais, por exemplo, poderão ser substituídas por reuniões online.

Nos encontros, será respeitado número limite de pessoas em sala, uso de máscara, distanciamento, higienização dos espaços etc.

6. CRONOGRAMA

Meses Atividades	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22*	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22
Etapa 1	X	X	X		X						
Etapa 2					X	X					
Etapa 3						X	X				
Etapa 4								X	X		
Etapa 5										X	
Etapa 6											X

*Janeiro será recesso.

Primeira etapa: Estudo bibliográfico – a realizar-se entre outubro de 2021 e fevereiro de 2022;

Segunda etapa: Pesquisa – a realizar-se em fevereiro e março de 2022;

Terceira etapa: Coleta de dados – a realizar-se em março e abril de 2022;

Quarta etapa: Produção – a realizar-se em maio e junho de 2022;

Quinta etapa: Debate – a realizar-se em julho de 2022;

Sexta etapa: Socialização e finalização – a realizar-se em agosto de 2022;

É importante salientar que muitas das etapas poderão ser realizadas concomitantemente, a fim de resultar maior interação e dinamismo ao projeto.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'OLIVEIRA, Maria Christina Barreiros. **Breve análise do princípio da isonomia.** 2011. Disponível em: http://institutoprocesso.com.br/2012/wp-content/uploads/2011/12/3_edicao1.pdf. Acesso em 10 ago 2021.

SANTANA, Marcelo dos Santos Garcia. A significação original de democracia e a isegoria como pressuposto da deliberação na modernidade. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=17170f265eb26e87>. [s/d]. Acesso em 10 ago 2021.